

## HISTÓRIA E HISTÓRIA NATURAL: A ESCRITA DA ÉPOCA MODERNA

Cláudia Beatriz Heynemann

Doutora em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/UF RJ; historiadora da Divisão de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional.

“A ciência, física ou humana, explica *certos* aspectos, talhados sob medida para suas leis, que ela abstrai dos acontecimentos naturais ou históricos; um naturalista não teria menos razões do que um historiador para queixar-se dela”<sup>1</sup>. Assim Paul Veyne marca a distinção entre as leis da ciência e a história, essa última, compreendida no âmbito do *sublunar*. A física de Aristóteles comportava essa esfera dos acontecimentos que estavam abaixo do círculo da lua, sob os céus, regidos por leis diferenciadas. O mundo sobre o qual incidem as leis da mecânica sublunar de Aristóteles é hierarquizado, qualitativo, heterogêneo, finito, concreto. Oposto então ao universo como o apresentou Galileu. Mas essa oposição, transposta para a relação entre a ciência e a história, não implica na inexistência do sublunar, que “continua a subsistir como um segundo modo de conhecimento, o das disciplinas histórico-filológicas” Esse desencontro, entre o “sublunar e o científico, o vivido e o formal” só ocorre na esfera do conhecimento, diz Veyne: “o contraste que Aristóteles via entre as duas regiões da Lua e a que está abaixo dela, transportou-se para o conhecer quando nasceu a ciência moderna e quando Galileu mostrou que o sublunar tinha suas leis ocultas, enquanto a Lua e o Sol eram corpos semelhantes à Terra, que tinham suas imperfeições ‘materiais’, manchas e montanhas”. As leis da nova física não atingiriam, portanto, esse outro mundo, de que se ocupam historiadores, filólogos e naturalistas. Mesmo que sujeitas a questionamentos, as considerações de Veyne nos encaminham para a especificidade da história natural frente à ciência moderna, especialmente, a física galilaico-newtoniana, manifestada em sua irreduzibilidade às leis universais da matemática e da física, reclamando, como expressará Buffon, a multiplicidade da vida. Nesse sentido, o paralelo que pontifica em Paul Veyne, entre a física sublunar e a história, à qual ele agrega os acontecimentos naturais, traduz essa distância entre o universo de Galileu e a percepção do mundo que a história natural preservou.

A história natural guarda então, algo que lhe é próprio, uma lógica interna regida pelo sistema de classificação baseado em categorias aristotélicas continuadas pelos herboristas e sistematistas do Renascimento, do qual Lineu será seu principal herdeiro no setecentos. Entre as diversas releituras que os filósofos e naturalistas realizam no século XVIII, em torno da tradição clássica, retomando o Renascimento e as obras da Antigüidade, haveria um Aristóteles naturalista, mas também a filosofia da escola peripatética, que, traduzida pela escolástica tomista, figura como verdadeiro obstáculo à ciência moderna. Nesse aspecto, além da imposição da física aristotélica, tratava-se da Autoridade, do primado que os textos tinham sobre a experiência, sobre o

conhecimento da natureza. Assim, as viagens do Renascimento e o encontro com o Novo Mundo teriam marcado, dos poemas de Camões aos ilustrados luso-brasileiros até a historiografia recente, o rompimento com a herança aristotélica, medieval, avessa à experiência.

Uma história luso-brasileira que se confundirá com a narrativa do eclodir de um novo pensamento científico no Renascimento que teria, nos séculos XVII e XVIII, sua consolidação. Na perspectiva foucaultiana, a época clássica seria assinalada também pela classificação, pela escrita da história natural. Sua historicidade está em inaugurar uma forma de ver o que se poderá dizer: representação do mundo através da língua, fundada na descrição e na classificação<sup>2</sup>. Coincide sob esse aspecto com a escrita da história na arqueologia das ciências humanas que Foucault empreende, assinalando uma gênese epistêmica comum, em *As palavras e as coisas*. É importante assinalar que a despeito dessa origem comum, para Foucault esse mundo não incorpora a profundidade do tempo histórico, a dinâmica da vida: esse processo se instaura no século XIX, com transformações que conduzem da história natural à biologia e com as questões que, no final do setecentos, são apresentadas por Kant.

No entanto, a história natural é também a sua própria história, na forma como constitui seus antecedentes, paradigmas, superações. A discussão desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, nesse sentido, delimita o lugar da história natural em torno das linhagens da filosofia clássica, lidas à luz de outros desdobramentos como racionalismo e empiria; dedução e indução; sistemas e experimentação e outros pares de “oposições” que se constroem na teoria científica moderna. Deste modo, as coleções de história natural nos séculos XVI e XVII, marcadas pela cultura da curiosidade, têm sua gênese na idéia renascentista do teatro do mundo (*theatrum mundi*). Entre a teologia e a ciência, reunindo motivações metafísicas, simbólicas, herméticas e apologéticas, situam-se esses gabinetes e as coleções enciclopédicas do Renascimento e do barroco. Na conquista do espaço da renascença, um espaço fictício, como enfatiza Pierre Francastel, está a concepção do homem, “ator eficaz na cena do mundo”: *Durante cinco séculos, tendo tomado consciência de sua autonomia, orgulhoso de sua capacidade de distinção e sentindo-se um personagem necessário ao desenvolvimento harmonioso da vida no planeta, o homem vai se mover em um novo espaço, que nunca se cansará de chamar teatro do mundo, acrescentando-lhe ou suprimindo-lhe, segundo as épocas e os ambientes, esse ou aquele aspecto familiar do universo lendário ou experimental*<sup>3</sup>.

Na segunda metade do XVI operam-se mudanças no âmbito desse espaço inaugurado pelo *Quattrocento*, representado nos gabinetes de curiosidades. Como decorrência da descoberta do Novo Mundo, vemos pronunciar-se a mistura de objetos naturais e artificiais com ênfase no bizarro, mesmo no monstruoso, e, sobretudo, no estrangeiro: com “as explorações geográficas e a melhoria das vias comerciais, as novidades e as maravilhas começam a se diversificar em número incessantemente crescente sobre o continente europeu”. E, é dessa convivência entre elementos

naturais e artificiais que brotam algumas diferenciações e analogias. No primeiro caso, vemos a progressiva separação entre *artificialia* e *naturalia*, em um movimento de especialização dos gabinetes, na organização perpetrada por naturalistas, médicos e farmacêuticos, desfazendo a mistura que havia caracterizado os gabinetes de maravilhas. Essa mudança seria fundamental para que esses espaços traduzissem não mais o teatro do mundo, mas os teatros da natureza<sup>4</sup>.

Prosseguindo nessa perspectiva, vemos que o lugar que a história natural ocupará então, nas coleções privadas e, progressivamente, nos gabinetes públicos e museus do século XVIII, descreve uma história não apenas do ato de colecionar, mas da própria história natural e da escrita da história. Mais do que isso, as coleções dos gabinetes de curiosidades, de maravilhas, os *Kunst - und Wunderkammern*, ao reunirem a técnica humana, através das esculturas antigas, com os modernos maquinismos - os autômatos que obcecaram os colecionadores do período - “deram início a um tipo de reflexão histórica dinâmica que penetrou mesmo na área da história natural”. A tese de Bredekamp, de que a “historicização da natureza já se encaminhava no espaço de atuação dos *Kunstammern* entre os séculos XVI ao XVIII”<sup>5</sup>, parte da distinção efetuada por Kant, entre o estudo da natureza e a história natural, termos que não deveriam ser aplicados em um único sentido, e que eram distintos, uma vez que “o conhecimento dos objetos da natureza como eles são agora deixam uma grande parcela a ser conhecida sobre o que elas um dia foram”<sup>6</sup>.

Aqui temos uma das vias que relacionam a história à história natural. Introduce-se uma dimensão temporal ao se pensar em uma história da natureza, da estrutura da terra e das espécies, com implicações científicas e teológicas que se realizavam no interior das coleções, envolvendo o estudo da idade da terra em um debate científico e filosófico que culmina no século XVIII e que está no âmago mesmo da ciência moderna. Há uma historicidade intrínseca na história natural, que tem nos gabinetes da renascença um lugar privilegiado se pensamos na “descendência” que ela guarda das seções dedicadas aos três reinos da natureza e naqueles segmentos relacionados ao saber antiquarista: moedas, esculturas, inscrições. Esses elementos seriam recuperados por Buffon na analogia entre o estudo da história e a história da terra, fundada nos “arquivos do mundo”. A questão da história, entendida em uma dimensão temporal, está assim, no interior do estudo da natureza, manifestando-se também, através da própria tarefa de descrição, das diferenças entre o mundo sensível e o mundo inteligível, da vocação particularizante dessa escrita.

De toda forma, somos conduzidos a essa origem, ao Renascimento, às coleções que tem em perspectiva os *teatros da natureza*, uma apreensão em escala microcósmica de um todo. O microcosmo da natureza ou o “teatro da natureza”, uma das mais fortes recorrências do Renascimento, caracterizou as coleções quinhentistas, revelando uma “vontade frenética de miniaturizar o mundo”<sup>7</sup>. No século XVIII, o célebre intendente do *Jardin du Roi*, Buffon, se valeu não apenas dessa imagem, mas da própria constituição das coleções de amadores, para solucionar o

problema que se apresentava para os naturalistas: “como conciliar essa prodigiosa multiplicidade de seres com a unidade de visão que o cientista deve lhes extrair?”. A resposta, ele encontraria nos trabalhos dos amadores e colecionadores da época, consistindo em “reunir as amostras de tudo o que povoava o universo” dispondo-as “no mesmo lugar dos modelos de tudo o que se encontra distribuído em profusão sobre a terra”, fazendo corresponder esse mundo em miniatura ao da Natureza. Procurando, desta forma, superar os impasses que se apresentavam aos naturalistas, diante da diversidade da natureza em relação à lei natural, Buffon acredita realizar, também no *Jardin*, sua oposição ao cartesianismo, ao racionalismo<sup>8</sup>.

A passagem dos teatros da natureza para os gabinetes de história natural se dá também nas ramificações das partes que compunham os gabinetes de curiosidades. Estes comportavam em seus acervos, a *artificialia* e a *naturalia*, formada, principalmente, por plantas, animais e minerais, correspondendo à organização, que vigorou por todo o século XVIII, (não sem críticas), dos três reinos da natureza. Grande parte dessas coleções alimentou-se do que se extraía da natureza do Novo Mundo, mesclando plantas secas, animais empalhados, minerais, ‘monstruosidades’ e anomalias, conchas, restos fossilizados etc. As coleções de história natural foram ocupando, progressivamente, ao longo do século XVIII, um lugar de destaque no interior dos gabinetes, em detrimento das coleções de antigüidades, como as de medalhas<sup>9</sup>. Nesse processo de substituição, que não elimina as demais coleções dos museus de história natural que se formam no setecentos, foram sendo debatidas concepções de arte, ciência e história, tendo em perspectiva, o papel da curiosidade na formação das diferentes coleções.

Do ponto de vista das coleções de objetos artísticos, a tendência de *philosophes*, como Diderot, seria a de condenar aqueles colecionadores que acentuavam o conhecimento e a técnica, bem como um saber originário dos antigos, em detrimento da inspiração, da sensibilidade e do entusiasmo na arte, que faziam com que o artista prescindisse do estudo. Aqui se desprezava o amador e o curioso. Também a história deveria estar fora do alcance dos amadores, permanecendo um conhecimento exclusivo dos filósofos, alongando sua crítica ao conhecimento firmado sobre a antigüidade, sobre a autoridade dos antigos. Era ainda a crítica contra o saber livresco, de uma erudição que contrariava o espírito científico da época. Por outro lado é aos curiosos e amadores, tal como Diderot os identifica, e não aos naturalistas, que a *Encyclopédie* consagra um artigo bastante elogioso no verbete “história natural”. Longe de serem criticados pela curiosidade, os colecionadores são colocados no mesmo nível dos cientistas por Diderot, afirmando que, “uns observam as produções da natureza e meditam sobre suas observações: seu objeto é aperfeiçoar a ciência e conhecer a verdade; os outros recolhem essas mesmas produções da natureza e as admiram; seu objeto é expor todas as maravilhas e as fazer admirar”<sup>10</sup>. Era um processo que, sob esse aspecto, diferia do sentimento que norteara os viajantes do Renascimento, distinguindo o *orbis*

*pictus* da *Encyclopédie*, analisa Jean Starobinsky. Não se tratava de anotar o que haviam visto de curioso em suas peregrinações, mas de um espírito de posse: “os enciclopedistas fazem com que o homem perfaça o circuito do proprietário. Eis o que vos pertence (...) eis o que os sábios vos legaram”<sup>11</sup>.

Na colônia, os naturalistas apropriavam a natureza para oferecê-la, sob o filtro da ciência, mas também de uma curiosidade por meio das coleções, herbários e jardins. O preenchimento desse espaço por cientistas (médicos em sua maioria) e por jardineiros, herboristas e outros, se dá pelas próprias características das produções, seu destino e, essencialmente, pela concepção de história natural que se tem. Assim, as coleções que se formam e as remessas que são efetuadas carregam, em si, as características desse conhecimento e sua especificidade luso-brasileira, visível nas remessas organizadas para o Gabinete de História Natural da Ajuda: *desejam-se para esse Gabinete minerais, cristais, terras, areias e pedras de todas as qualidades (...) como também lagartos, peixes grandes e pequenos, caranguejos, estrelas e ouriços do mar (...)*<sup>12</sup>

A enumeração dos produtos que chegavam a Portugal, para o Real Gabinete, nos permite entrever não apenas o trabalho desempenhado, mas o sentido dessas remessas. Poderiam ser destinadas ao Museu e Gabinete de História Natural, às Quintas Reais ou estarem voltadas à melhoria e introdução de novas culturas, ampliando o conhecimento da natureza e, particularmente, da natureza americana. Eram ‘belas e bonitas produções’ que alimentariam esses gabinetes, nos quais, percebem-se ainda os traços das coleções de amadores, voltadas para a contemplação de seu conjunto, algo que Daubenton, autor do verbete *histoire naturelle*, da *Encyclopédie*, conservador e demonstrador do *Jardin du Roi*, destacava. A boa apresentação dos espécimens jogava com o contraste de suas cores, formas e simetria, que ele explicitava na frase “o bom gosto deve servir de regra”<sup>13</sup>.

A ruptura que deveria se operar no início do século XIX, com Lamarck e Cuvier tinha como pressuposto uma história natural que não repousasse “quase exclusivamente sobre a descrição e classificação de despojos mais ou menos bem conservados”<sup>14</sup>. Mas nesse momento, os gabinetes eram em grande parte a exposição ordenada desses despojos. Como microcosmos da natureza, deviam representar todas as classes, rompendo-se, nesse sentido, com os gabinetes do XVI, através da adoção do sistema de Lineu, aplicado no Gabinete da Ajuda. Subsistem, no entanto, algumas outras divisões, bem como elementos comuns aos gabinetes das maravilhas.

No inventário realizado por Alexandre Rodrigues Ferreira, o Gabinete é dividido em ‘produtos naturais’ e ‘produtos artificiais’, correspondendo às categorias de *naturalia* e *artificialia*, uma organização que, se por um lado, expressava a composição original dos gabinetes, envolvia o projeto de reunião de todos os saberes, de todo o mundo. Sugerimos que implicava ainda, na adoção da forma como Aristóteles dividia o mundo, exatamente em duas classes: aquelas que existem por

natureza e aquelas que existem por outras razões<sup>15</sup>. Traçar essa distinção, para além das concepções finalistas que viessem ou não a prevalecer, respeitava o cerne do debate acerca dos seres vivos, quanto à sua reprodução e inserção na escala da natureza, incluindo as fronteiras entre a matéria viva e a matéria bruta. O inventário do Gabinete da Ajuda distribuía a *naturalia* pelos três reinos da natureza, “*Linnaei Systema Naturae*, reino animal, reino vegetal e mineral”.

Olhando para a parte do Gabinete que corresponderia à ‘história em curso’ em Bacon, ou aos três reinos da natureza, subdivididos em classes, como propôs Lineu, devemos reconhecer que estes não eram, em sua organização externa e mais formal, estranhos aos *Kunstkammern*, no período entre 1540 e 1740. A obra de Samuel Quiccheberg, *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, datada de 1565, foi, de acordo com Bredekamp, um instrumento que deu os parâmetros para esse tipo de coleção, contendo, em sua terceira seção, a “apresentação sistemática dos três reinos da natureza — animal, vegetal e mineral. Primeiro existiam os espécimens animais empalhados; depois reproduções naturais; partes importantes de animais; esqueletos e próteses; raízes e sementes exóticas; arranjos sistemáticos e ilustrações de plantas...”<sup>16</sup>. A remanescente composição dessas coleções nos gabinetes do XVIII conduz-nos à idéia foucaultiana de que o que muda não é o desejo de saber, mas uma nova maneira de vincular o olhar à palavra. Mas também é certo, que essa escrita se faz sobre releituras, em permanente diálogo e atualização das visões de natureza que atravessam a época moderna. No trabalho desenvolvido pelos naturalistas na colônia, soma-se a essa escrita a especificidade da história luso-brasileira e da natureza americana. As coleções constituídas não apenas são informadas por esses pressupostos, mas, igualmente, participam da escrita dos livros da natureza. Em sentido literal, aos tratados e grandes obras de vocação sistêmica e enciclopédica, acrescem os manuais para o envio de plantas, pássaros, animais e sementes, os métodos de taxidermia, as *instruções* aos viajantes e naturalistas ou, simplesmente, aos curiosos.

A esse acervo deveria agregar-se o projeto do lineano ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho para a execução do que teria sido o apogeu da história natural luso-brasileira, a ambição que acompanhou a botânica em todos aqueles séculos, a escrita do livro da natureza, enfim, a publicação de uma “flora geral e completa do Brasil e de todos os vastos domínios de Sua Alteza Real”<sup>17</sup>. A “flora” teria sido, em uma leitura genealógica, um dos capítulos da “história geral da América” com que sonhara o vice-rei Lavradio. Mas esse livro ultrapassava o horizonte de sua aplicação, fosse o programa fisiocrata ou o controle extensivo: conjugava o controle de um todo da natureza das colônias, representado pelos “vastos domínios”, com o projeto de saber enciclopédico para o qual haviam se encaminhado tantos outros “livros da natureza”.

Aos naturalistas, incumbia ver cientificamente, ou seja, tornar a natureza visível, através da taxinomia, da organização e do estabelecimento de relações, fazendo existir o que estava disperso e oculto na paisagem. Observar é, pois, contentar-se com ver, dirá Foucault: “ver sistematicamente

pouca coisa. Ver aquilo que, na riqueza um pouco confusa da representação, pode ser analisado, reconhecido por todos e receber, assim, um nome que cada qual poderá entender”. A história natural, ciência do visível, era também a ciência do que não devia ser visto, ou que apenas podia ser visto dentro do “campo novo de visibilidade” que instaura. A sua novidade enfim, a que se refere Foucault, não estava em olhar “melhor” ou “mais de perto”. Estritamente falando, “a idade clássica se esforçou, se não por ver o menos possível, pelo menos por restringir voluntariamente o campo de sua experiência”<sup>18</sup>.

Esse olhar se institui e se exercita na colônia, onde se escrevia, fragmentariamente, a “história geral da América” naqueles anos em que percorrendo as capitanias, naturalistas e administradores formaram coleções, criando ou projetando gabinetes de história natural e jardins botânicos, e essa escrita se dava em uma espessura do conhecimento, da tradição e das rupturas, criando um tempo próprio, profundo, tempo que é também o da história do Império e da Colônia, através do discurso científico e das falas convocadas da cultura dos colonizadores, dos índios, dos religiosos, entre muitos. O Livro da Natureza, espelho da natureza, será lido e elaborado em muitos livros, de Aristóteles, dos antigos, de Lineu, das memórias, instruções. Textos que dialogam incessantemente, escrita que se impõe na organização e composição dos gabinetes e coleções, nos jardins, nos desenhos, no direcionamento do olhar. Significando, ao mesmo tempo, uma releitura da expansão e da colonização, sobretudo na América portuguesa, a história natural materializava-se naqueles objetos que deviam ser vistos e que eram, assim, exibidos nos estabelecimentos científicos, nas quintas, jardins e viveiros reais.

Em 1793, diante da Convenção, anuncia-se na França a apropriação do antigo *Jardin du roi* e a criação do *Muséum d’histoire naturelle*: “o livro imenso da natureza está de algum modo aberto no *Jardin des plantes*”<sup>1</sup>. A leitura do livro da natureza, na perspectiva universal da Revolução poderia se perpetuar nos grandes projetos enciclopédicos, no inventário da natureza ou, contrariamente, na fórmula da lei geral. No mundo luso-brasileiro a história natural guardará, ainda, a especificidade que há na relação entre o reino e o império, o particular e o universal, o mundo hierarquizado e qualitativo e o espaço infinito, homogêneo, quantitativo. As possíveis respostas a esses pares de opostos, fogem à rigidez conceitual com que são formulados, prolongando-se no ecletismo filosófico português, na história natural e, mais amplamente, nas questões que, a partir do século XVIII, se impuseram à escrita da história.

---

<sup>1</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle. L’explorateur. In: VOVELLE, Michel. (Dir.). *L’homme des Lumières*. Paris: Seuil, 1996, p.334.

<sup>1</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p.117.

<sup>2</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. Classificar. In: \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

<sup>3</sup> FRANCASTEL, P. *Pintura e sociedade*: São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.106.

<sup>4</sup> Cf. OLMÍ, Giuseppe. Théâtres du monde, les collections européennes des XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles. In: SCHAER, R. (Dir.). *Tous les savoirs du monde*, encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XXI<sup>e</sup> siècle. Paris: Bibliothèque nationale de France/Flammarion, 1996.

<sup>5</sup> BREDEKAMP, Horst. *The lure of antiquity and the cult of the machine*, the Kunstkammern and the evolution of nature, art and technology. Princeton, US: Markus Wiener Publishers, 1995, p.9.

<sup>6</sup> Apud BREDEKAMP, H. Op. cit., p.8.

<sup>7</sup> OLMÍ, Giuseppe. Op.cit., p. 274 e p.277.

<sup>8</sup> CHERNI, A. *Buffon*, la nature et son histoire. Paris: P.U.F, 1998, p.17.

<sup>9</sup> POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux*, Paris-Venise: XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle. Paris: Gallimard, 1987, p.143.

<sup>10</sup> Apud POMIAN, K. Idem.

<sup>11</sup> STAROBINSKY, J. Op. Cit. P.135.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> DURIS, P. Op. cit. p.546.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> HANKINSON, R.J. Philosophy of science. In: BARNES, J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge, U.K.: The Cambridge University Press, 1996, p.120.

<sup>16</sup> Cf. BREDEKAMP, Horst. Op.cit., p.28-29.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. *Junta da Fazenda da Província de São Paulo*. Códice 446, vol.5, fl. 169. 1801.

<sup>18</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*.